

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

CONVÊNIO SENASP/MJ Nº 813562/2014

Convênio que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Segurança Pública, para os fins que especifica.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, CNPJ 00.394.494/0072-20, por meio da SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, CNPJ 00.394.494/0005-60, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", Brasília, doravante denominado **CONCEDENTE**, representado neste ato pela SECRETÁRIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI, RG 11848420 SSP-SP, CPF 052.507.538-09, domiciliada na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, 5º andar, sala 500, Brasília/DF, com competência delegada pela Portaria nº 1.821, de 13 de outubro de 2006, e o ESTADO DO GOIÁS, CNPJ 01.409.580/0001-38, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, CNPJ 01.409.606/0001-48, daqui por diante denominado **CONVENIENTE**, representado neste ato pelo GOVERNADOR, MARCONI FERREIRA PERILLO, RG nº 1514602 -DGPC/GO e CPF nº 136.209.831-00, domiciliado na Praça Doutor Pedro Ludovico Teixeira nº 01, Centro, Goiânia - GO, e pelo SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, JOAQUIM CLÁUDIO FIGUEIREDO MESQUITA, Carteira de Identidade nº 5.452.371 - SSP/MG e CPF nº 007.306.496-36, domiciliado à Av. Anhanguera, nº 7.364, Setor Aeroviário, Goiânia-GO, resolvem celebrar o Convênio, de conformidade com o Processo nº 08020.036262/2014-90, observado o contido, na Lei 8.666/93, na Lei Complementar 101/2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 12.919/2013, no Decreto 93.872/86, na Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507/2011, Portaria MJ nº 458/2011, no Decreto 6.170/07 e Lei nº 10.201/01 - Fundo Nacional de Segurança Pública e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este CONVÊNIO tem por objeto o aprimoramento do ensino, por meio da qualificação dos profissionais dos Órgãos de Segurança Pública, bem como aprimoramento do ambiente educacional, através da implementação do laboratório de uso diferenciado da força para os servidores das referidas Instituições do Estado de Goiás, no âmbito do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP/MJ.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pelo **CONVENENTE** e aprovado pelo **CONCEDENTE**, o qual passa a integrar este **CONVÊNIO**, independentemente da transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO

Excepcionalmente, admitir-se-á ao **CONVENENTE** propor a reformulação do Plano de Trabalho, que será previamente apreciada pelo setor técnico e submetida à aprovação do **CONCEDENTE**, vedada, porém, a mudança do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Os partícipes deste **CONVÊNIO** se comprometem, cada qual na sua esfera de competências e atribuições, implantar:

As diretrizes do Programa de Segurança Pública para o Brasil, especialmente no que concerne aos programas de Reforma das Instituições Policiais e de Prevenção da Violência, consubstanciados nas seguintes ações:

- a) valorização e formação profissional;
- b) gestão do conhecimento;
- c) reorganização institucional;
- d) estruturação e modernização da perícia;
- e) prevenção;
- f) controle externo e participação social;
- g) gerenciamento de crises e conflitos;
- h) redução da violência doméstica e de gênero;
- i) acesso igualitário aos serviços de segurança pública;
- j) administração legal do uso da força policial;
- k) proteção e apoio a vítimas e testemunhas; e
- l) repressão qualificada.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

I - DO CONCEDENTE

- a) Promover o repasse do recurso financeiro de acordo com o **Cronograma de Desembolso** constante do Plano de Trabalho.
- b) Monitorar, acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto pactuado, mediante vistorias "in loco", diretamente, ou por terceiros, expressamente autorizados.
- c) Analisar e deliberar sobre a proposta de reformulação do Plano de Trabalho, desde que não implique mudança do objeto.
- d) Analisar as prestações de contas dos recursos do Convênio, na forma da legislação em vigor.
- e) Prorrogar "de ofício" a vigência do Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitando a prorrogação ao exato período do atraso verificado.



II - DO CONVENIENTE

- a) Promover o crédito do recurso financeiro referente à Contrapartida, de acordo com o Cronograma de Desembolso e com o disposto na CLÁUSULA SEXTA.
- b) Executar as atividades pactuadas na CLÁUSULA PRIMEIRA, de conformidade com o Plano de Trabalho.
- c) Aplicar e gerir os recursos repassados pelo CONCEDENTE concomitantemente com os correspondentes à Contrapartida exclusivamente no objeto do CONVÊNIO em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado pelo CONCEDENTE.
- d) Aplicar os recursos do CONVÊNIO, obrigatoriamente em caderneta de poupança, salvo se a execução ocorrer em até trinta dias.
- e) Observar, nas aquisições e contratações, as normas vigentes sobre os procedimentos licitatórios, inclusive nos casos de dispensa ou inexigibilidade.
- f) O uso obrigatório do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, e quando não couber, presencial, na contratação de bens e serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 5.450/2005 e da Portaria Interministerial MP/MF nº 217, de 31/7/2006, publicada no Diário Oficial da União de 1º de agosto de 2006, observando-se o prazo limite estabelecido no artigo 2º da citada Portaria.
- g) Inserir cláusula nos contratos celebrados para a execução deste Convênio que permita o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, referentes ao objeto contratado.
- h) Incluir regularmente no SICONV as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, mantendo-o atualizado.
- i) Utilizar a logomarca do Governo Federal e o número do Convênio com destaque, em todas as medidas adotadas e bens adquiridos com recursos do Convênio.
- j) Propiciar aos técnicos credenciados pelo CONCEDENTE todos os meios necessários para realizar o acompanhamento e fiscalização da execução do CONVÊNIO.
- k) Restituir o eventual saldo de recursos ao CONCEDENTE, inclusive os rendimentos provenientes das aplicações financeiras, no prazo de trinta dias da conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do CONVÊNIO.
- l) Recolher à conta do CONCEDENTE o valor, atualizado monetariamente, na forma prevista na legislação vigente, correspondente ao percentual da contrapartida pactuada, não aplicada na consecução do objeto do convênio.
- m) Prestar contas na forma e no prazo estabelecidos neste instrumento, ou parcialmente, quando solicitado.
- n) Zelar pela conservação e manutenção dos bens adquiridos.
- o) Os recursos recebidos não poderão ser utilizados em fins políticos de qualquer natureza, bem como em benefício de candidatos a cargo eletivo nas eleições.
- p) Permitir o livre acesso dos servidores do órgão de controle interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos, informações referentes ao Convênio, bem como aos locais de execução do objeto.

- q) Garantir que os profissionais de segurança pública treinados com recursos da SENASP permaneçam no exercício das atividades para que foram capacitados pelo período mínimo de 02 anos - salvo promoção ou transgressão disciplinar.
- r) Adotar as diretrizes educacionais e padrões mínimos curriculares relativos à formação e aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública editados pela SENASP, mediante disposição específica.
- s) Viabilizar a designação dos profissionais de segurança pública para áreas nas quais foram formados ou capacitados pela SENASP e pelo **CONVENENTE**, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.
- t) Fomentar ações de valorização dos profissionais de segurança pública e suas famílias, através de planos e programas de benefícios, assistência médico-psicológica e social, segurança no trabalho, lazer e cultura, dentre outros, na medida das possibilidades do **CONVENENTE**.
- u) Prever no edital de licitação e no contrato de execução ou fornecimento - CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, em atendimento ao inciso XV do artigo 6º da Portaria Interministerial/MPOG/MF/MCT nº 507, de 24 de novembro de 2011.
- v) Realizar no SICONV os atos e procedimentos relativos à celebração do convênio, em atendimento ao inciso XVI do artigo 6º da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507/2011, de 24 de novembro de 2011.
- w) Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidades na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao **CONCEDENTE**, conforme inciso XVII do artigo 6º da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011.
- x) Registrar no SICONV a documentação referente ao procedimento licitatório, em conformidade ao inciso XVIII do artigo 6º da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011.
- y) Inserir no SICONV, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação do extrato do instrumento a designação do responsável pela execução do objeto acordado

CLÁUSULA QUINTA - DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS

O **CONVENENTE** deverá assegurar a garantia de direitos especialmente no que concerne à abolição de toda prática de tortura, o respeito e a promoção dos direitos da mulher e à abolição de toda forma de discriminação por razões de deficiência física, etnia, religião e orientação sexual, respeitando as orientações e diretrizes da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher e da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Para a execução das atividades previstas neste **CONVÊNIO**, os recursos destinados são de R\$ 1.549.858,02 (um milhão, quinhentos e quarenta e nove mil,

oitocentos e cinquenta e oito reais e dois centavos), conforme o Plano de Aplicação aprovado pelo CONCEDENTE, assim discriminados:

I - CONCEDENTE:

R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) à conta do Orçamento Fiscal da União para 2014, Lei 12.952/2014, no Programa de Trabalho 06.128.1127.2320.0001 - Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - Nacional, na Natureza de Despesa 3330.41, 2014NE800164 no valor de R\$ 774.945,00 (setecentos e setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e cinco reais), e 4430.41, 2014NE800105 no valor de R\$ 725.055,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais).

II - CONVENENTE:

R\$ 49.858,02 (quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e dois centavos), relativos à contrapartida financeira, conforme a Lei nº 12.919/2013 e Portaria nº 574/2014, de 31/03/2014. Unidade 2901; Função 06; Subfunção 128; Programa 1047; Projeto/ Atividade 2305; Natureza de Despesa 3390.30.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos serão liberados em 01 (uma) parcela, de acordo com o Cronograma de Desembolso, constantes do Plano de Trabalho aprovado pela SENASP/MJ.

CLÁUSULA OITAVA - DA UTILIZAÇÃO DE PESSOAL

A utilização temporária de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto deste CONVÊNIO não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para o CONCEDENTE.

CLÁUSULA NONA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos deste CONVÊNIO, desembolsados pela CONCEDENTE e CONVENENTE, serão mantidos, exclusivamente, na Agência 2444-9, conta 0060006695, Caixa Econômica Federal - 004, Goiânia/GO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos referidos nesta Cláusula só serão permitidos para pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho.

Os pagamentos deverão ser realizados exclusivamente por crédito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto quando o pagamento for devido a pessoa física que não possuir conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço, e desde que uma única vez no decorrer da vigência deste Instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os recursos serão, obrigatoriamente, aplicados na instituição bancária mencionada, em caderneta de poupança, salvo se a execução ocorrer em até trinta dias.

Os rendimentos auferidos serão obrigatoriamente computados a crédito do **CONVÊNIO** e aplicados, exclusivamente, na sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a **Prestação de Contas**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

O acompanhamento da execução deste **CONVÊNIO** será realizado por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ, e terá a finalidade de verificar a correta aplicação dos recursos e a consecução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O **CONVENENTE** fica obrigado a encaminhar a Prestação de Contas Final, dos recursos de que trata a CLÁUSULA SEXTA, na forma do art. 72 da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, acrescido dos extratos bancários da conta corrente específica e de aplicação financeira, além de outros documentos à critério do Concedente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Prestação de Contas Final será apresentada ao **CONCEDENTE**, via **SICONV**, no prazo máximo de sessenta dias contados do término da vigência do **CONVÊNIO** ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior àquela do encerramento da vigência.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do **CONVENENTE**, devidamente identificados com o número do **CONVÊNIO**, e deverão ser mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de vinte anos, contados da aprovação da prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

O **CONVENENTE** compromete-se a restituir o valor transferido pelo **CONCEDENTE**, atualizado na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto.
- b) Omissão no dever de apresentar a prestação de contas no prazo e na forma exigidos.
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no **CONVÊNIO**.
- d) Irregularidade que resulte em prejuízo ao erário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Fica assegurada à **CONCEDENTE**, por meio dos órgãos responsáveis ou de mandatários legalmente constituídos, a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício da fiscalização e do controle da execução deste **CONVÊNIO**, bem como assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do **CONVÊNIO** será de até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os projetos habilitados a receber recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, não poderão ter prazo superior a dois anos, conforme §4º, art. 4º da Lei nº 10.201/2001 e suas alterações.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Este convênio somente poderá ser alterado mediante proposta do **CONVENENTE**, devidamente justificada, a ser apresentada em prazo mínimo de trinta dias antes do término de sua vigência, que possibilite a análise e decisão, e desde que não haja mudança do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS BENS REMANESCENTES

Os bens patrimoniais (equipamentos e material permanente), adquiridos, produzidos e transformados ou construídos com os recursos oriundos do **CONCEDENTE**, permanecerão sob a guarda e responsabilidade do **CONVENENTE** durante a vigência deste Instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Findo o **CONVÊNIO**, observado o fiel cumprimento do objeto nele proposto, verificada a necessidade de assegurar a continuidade do projeto na finalidade prevista, os bens patrimoniais acima referidos serão doados ao **CONVENENTE**, conforme dispõe o § 2º do art. 41 da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507/2011.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Sendo o **CONVÊNIO** rescindido por quaisquer dos motivos previstos na **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**, bem como não tendo seu curso regular, os bens patrimoniais acima referidos serão automaticamente revertidos ao **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este **CONVÊNIO** poderá ser rescindido, conforme o disposto no inciso XVII do art. 43 da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507/2011, de 24 de novembro de 2011, de pleno direito, por inexecução total ou parcial de quaisquer de suas Cláusulas ou Condições, ou pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutável e, particularmente, quando constatadas as seguintes situações:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho.
- b) Aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no art. 54 da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507/2011, de 24 de novembro de 2011.
- c) Omissão no dever de apresentar a prestação de contas no prazo e na forma exigidos.
- d) Constatação, a qualquer tempo de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.
- e) Verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O **CONVÊNIO** poderá, ainda, ser denunciado por quaisquer dos partícipes, observado o aviso de trinta dias antes do término da execução estabelecida no Plano de Trabalho, findos os quais será dada publicidade ao ato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Ocorrendo a denúncia ou qualquer das hipóteses que implique rescisão deste **CONVÊNIO**, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido este instrumento, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste **CONVÊNIO** será, obrigatoriamente, destacada a participação da **CONCEDENTE**, observado o disposto no Parágrafo Primeiro do art. 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GLOSA DA DESPESA

Serão glosadas as despesas porventura realizadas com finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência, especialmente aquelas:

- a) A título de taxa de administração, de gerência ou similar, bem como para contratação de pessoal, exceto de serviços de terceiros diretamente vinculados à execução do objeto.
- b) Relativas a prestação de serviços de consultoria ou assistência técnica, gratificação ou qualquer outra espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidade da Administração Pública

- Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que esteja lotado ou em exercício em qualquer dos entes partícipes.
- c) Com data anterior ou posterior à vigência deste **CONVÊNIO**.
 - d) Decorrentes de multas, juros ou correção monetária, inclusive as referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

Todas as comunicações relativas a este **CONVÊNIO** serão consideradas como regularmente feitas se registradas no SICONV e comunicadas ao **CONCEDENTE**, por meio de Ofício e e-mail.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As comunicações dirigidas ao **CONVENENTE** deverão ser entregues na Secretaria de Estado da Segurança Pública de Goiás, Av. Anhanguera, nº 7.364, Goiânia/GO, CEP: 74.435-300.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As comunicações dirigidas à **CONCEDENTE** deverão ser entregues no Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Segurança Pública/MJ - Edifício Sede, sala 500, CEP 70.064-900, Brasília - DF.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As alterações de endereços e de número de telefone de quaisquer partícipes deverão ser imediatamente comunicadas por escrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste **CONVÊNIO**, no Diário Oficial da União, será providenciada pela **CONCEDENTE** no prazo de até vinte dias a contar de sua assinatura, conforme o disposto no art. 46 da Portaria Interministerial/MPOG/MF/CGU nº 507/2011, de 24 de novembro de 2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO


Para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou questões decorrentes deste **CONVÊNIO**, que não possam ser resolvidas administrativamente, serão submetidas primeiramente a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal, nos termos do inciso III do art. 18 do Decreto nº 7.392/2010, e, caso necessário, à jurisdição da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em conformidade com o inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, por estarem de acordo, os **CONCEDENTE** e **CONVENENTE** firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 23 de dezembro de 2014.



REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI
Secretária Nacional de Segurança Pública



JOAQUIM CLÁUDIO FIGUEIREDO MESQUITA
Secretário da Segurança Pública



MARCONI FERREIRA PERILLO Jr
Governador do Estado de Goiás

TESTEMUNHAS:

Nome:

Identidade:

CPF:



Alane Tiginã Pereira de Jesus

2.386.103-SSP/DF

011.772.361-41

Nome:

Identidade:

CPF:



Lucimere Ferreira Machau

351.98.888-9

833.177.326-87



Espécie: Convênio Nº 813562/2014, Nº Processo: 0802003263201434, Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conveniente: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA CNPJ nº 01409606000148, Interventor: GOIÁS GOVERNO DO ESTADO CNPJ nº 01409580000138, Objeto: Aprimoramento do ensino, por meio da qualificação dos profissionais dos Órgãos de Segurança Pública, bem como aprimoramento do ambiente educacional, através da implementação do laboratório de uso diferenciado da força para os servidores das referidas Instituições do Estado de Goiás. Valor Total: R\$ 1.549.858,02; Valor de Contrapartida: R\$ 493.858,02; Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 1.500.000,00; Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800164, Valor: R\$ 774.945,00, PRTES: 076880, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33304115; Num Empenho: 2014NE800105, Valor: R\$ 725.055,00, PRTES: 076880, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304115; Num Empenho: 2014NE800103, Valor: R\$ 744.945,00, PRTES: 076880, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33304115, Vigência: 23/12/2014 a 23/12/2015, Data de Assinatura: 23/12/2014, Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: JOAQUIM CLAUDIO FIGUEIREDO MESQUITA CPF nº 007.306.496-36, Interventor: MARCONI FERREIRA PERILLO JUNIOR CPF nº 035.538.218-09.

Espécie: Convênio Nº 812503/2014, Nº Processo: 08020033333201437, Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conveniente: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA CNPJ nº 01409606000148, Interventor: GOIÁS GOVERNO DO ESTADO CNPJ nº 01409580000138, Objeto: Mapear e diagnosticar a prevalência da hipertensão arterial (HA) e o excesso de peso (sobrepeso e obesidade) servidores públicos ativos da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO), e aparelhar os Núcleos Integrados de Atenção Biopsiosocial (NIAB) com equipamentos que possibilitem políticas de continuidade por meio do planejamento e implantação de ações na vigilância em saúde. Valor Total: R\$ 383.138,98; Valor de Contrapartida: R\$ 19.256,95; Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 365.882,03; Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800071, Valor: R\$ 134.465,37, PRTES: 076849, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304115; Num Empenho: 2014NE800069, Valor: R\$ 231.416,66, PRTES: 076849, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33304115, Vigência: 23/12/2014 a 23/12/2015, Data de Assinatura: 23/12/2014, Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: JOAQUIM CLAUDIO FIGUEIREDO MESQUITA CPF nº 007.306.496-36, Interventor: MARCONI FERREIRA PERILLO JUNIOR CPF nº 035.538.218-09.

Espécie: Convênio Nº 812066/2014, Nº Processo: 08020031516201483, Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA CNPJ nº 82951294000100, Objeto: Fortalecer a atividade de policiamento comunitário, por meio de visitas preventivas, atendimento pós-crime e gestão da informação, com intuito de prevenir a vitimização e a revitimização nos crimes de furto e roubo, nas 04 (quatro) cidades catarinenses com maior incidência desses delitos. Valor Total: R\$ 2.744.881,00; Valor de Contrapartida: R\$ 347.934,00; Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 2.396.947,00; Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800050, Valor: R\$ 2.396.947,00, PRTES: 076845, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304115, Vigência: 24/12/2014 a 24/12/2016, Data de Assinatura: 24/12/2014, Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: CESAR AUGUSTO GRUBBA CPF nº 252.157.529-15.

Espécie: Convênio Nº 813554/2014, Nº Processo: 0802003262201490, Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conveniente: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA CNPJ nº 01409606000148, Interventor: GOIÁS GOVERNO DO ESTADO CNPJ nº 01409580000138, Objeto: Aprimoramento do ambiente educacional no Município de implementação do Centro de Treinamento Operacional no Município de Anápolis com foco na qualificação profissional dos servidores das Instituições de Segurança Pública do Estado de Goiás. Valor Total: R\$ 1.073.942,00; Valor de Contrapartida: R\$ 42.172,00; Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 1.051.770,00; Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800111, Valor: R\$ 312.281,00, PRTES: 076880, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304115; Num Empenho: 2014NE800109, Valor: R\$ 519.489,00, PRTES: 076880, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33304115, Vigência: 23/12/2014 a 23/12/2016, Data de Assinatura: 23/12/2014, Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: JOAQUIM CLAUDIO FIGUEIREDO MESQUITA CPF nº 007.306.496-36, Interventor: MARCONI FERREIRA PERILLO JUNIOR CPF nº 035.538.218-09.

Espécie: Convênio Nº 813552/2014, Nº Processo: 0802003342201428, Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conveniente: ESTADO DE SERGIPE - ADMINISTRACAO DIRETA CNPJ nº 13128798002147, Objeto: Reestruturação das instalações físicas das salas de atendimento médico e ginástica, capacitação de profissionais de saúde, elaboração de diagnóstico institucional e execução de programas de intervenção com foco nas ações de prevenção, em saúde, promoção da qualidade de vida e gestão de clima organizacional voltada para policiais Civis, Militares, Bombeiros e Petes Criminais integrantes do quadro de servidores da Segurança Pública do Estado de Sergipe. Valor Total: R\$ 1.001.794,00; Valor de Contrapartida: R\$ 30.053,82; Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 971.740,18; Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800126, Valor: R\$ 388.696,07, PRTES: 076849, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304147; Num Empenho:

2014NE800125, Valor: R\$ 583.044,11, PRTES: 076849, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33304147, Vigência: 24/12/2014 a 24/12/2016, Data de Assinatura: 24/12/2014, Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: JOAO ELOY DE MENEZES CPF nº 293.058.535-87.

Espécie: Convênio Nº 812081/2014, Nº Processo: 08020031479201411, Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conveniente: MUNICIPIO DE MAUA CNPJ nº 46322959000198, Objeto: Estruturação de ações de prevenção à violência e criminalidade da Secretaria Municipal de Segurança Pública de Mauá-SP. Valor Total: R\$ 219.875,00; Valor de Contrapartida: R\$ 19.875,00; Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 200.000,00; Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800051, Valor: R\$ 200.000,00, PRTES: 080056, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44404145, Vigência: 26/12/2014 a 26/12/2015, Data de Assinatura: 26/12/2014, Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: DONISETE PEREIRA BRAGA CPF nº 084.373.938-09.

Espécie: Convênio Nº 813574/2014, Nº Processo: 08020032625201432, Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conveniente: ESTADO DE SERGIPE - ADMINISTRACAO DIRETA CNPJ nº 13128798002147, Objeto: Aprimoramento do ambiente educacional para os profissionais da Segurança Pública do Estado de Sergipe, bem como a qualificação dos agentes e gestores dos órgãos envolvidos na segurança pública através do aperfeiçoamento profissional, Valor Total: R\$ 1.459.296,40; Valor de Contrapartida: R\$ 43.778,90; Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 1.415.517,50; Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800102, Valor: R\$ 707.758,75, PRTES: 076880, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304147; Num Empenho: 2014NE800100, Valor: R\$ 707.758,75, PRTES: 076880, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33304147, Vigência: 24/12/2014 a 24/12/2016, Data de Assinatura: 24/12/2014, Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: JOAO ELOY DE MENEZES CPF nº 293.058.535-87.

Espécie: Convênio Nº 813578/2014, Nº Processo: 08020032625201443, Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conveniente: ESTADO DE SERGIPE - ADMINISTRACAO DIRETA CNPJ nº 13128798002147, Objeto: Aprimoramento das condições laborativas dos profissionais de segurança publicamente e estruturação do ambiente educacional das Instituições de Segurança Pública do Estado de Sergipe e qualificação dos corpos docentes e de gestores dos órgãos envolvidos, Valor Total: R\$ 1.530.292,00; Valor de Contrapartida: R\$ 45.908,76; Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 1.484.383,24; Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800112, Valor: R\$ 742.191,62, PRTES: 076880, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304147; Num Empenho: 2014NE800110, Valor: R\$ 742.191,62, PRTES: 076880, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33304147, Vigência: 24/12/2014 a 24/12/2016, Data de Assinatura: 24/12/2014, Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: JOAO ELOY DE MENEZES CPF nº 293.058.535-87.

Espécie: Convênio Nº 812080/2014, Nº Processo: 08020031441201431, Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conveniente: MUNICIPIO DE SAO LOURENÇO DO SUL CNPJ nº 87893110000152, Objeto: Implantação de Sistema de Videomonitoramento no Município de São Lourenço do Sul/RS. Valor Total: R\$ 1.300.477,00; Valor de Contrapartida: R\$ 301.359,00; Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 998.618,00; Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800066, Valor: R\$ 998.618,00, PRTES: 080156, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44404139, Vigência: 24/12/2014 a 24/12/2015, Data de Assinatura: 24/12/2014, Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: JOSE DANIEL RAUPP MARTINS CPF nº 446.936.210-72.

Espécie: Convênio Nº 811958/2014, Nº Processo: 08020032137201419, Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conveniente: MUNICIPIO DE VARZEA PAULISTA CNPJ nº 43780087000103, Objeto: Fortalecimento da Prevenção à violência e criminalidade em Varzea Paulista. Valor Total: R\$ 359.338,00; Valor de Contrapartida: R\$ 39.338,00; Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 300.000,00; Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800059, Valor: R\$ 300.000,00, PRTES: 080170, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44404145, Vigência: 24/12/2014 a 24/12/2015, Data de Assinatura: 24/12/2014, Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: JUVENAL ROSSI CPF nº 002.075.978-98.

Espécie: Convênio Nº 813588/2014, Nº Processo: 0802003219201415, Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIATUBA CNPJ nº 44736608000109, Objeto: Fortalecimento e ampliação de ações de prevenção à violência e criminalidade junto às crianças e adolescentes através de intervenções em escolas municipais mais vulneráveis e ampliação e estruturação do Projeto Educando para a Vida. Valor Total: R\$ 372.842,00; Valor de Contrapartida: R\$ 14.913,58; Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 357.928,32; Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800137, Valor: R\$ 189.502,08, PRTES: 063999, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404145; Num Empenho: 2014NE800135, Valor: R\$ 168.426,24, PRTES: 063999, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44404145, Vigência: 24/12/2014 a 24/12/2015, Data de Assinatura:

24/12/2014, Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ CPF nº 102.517.698-79.

Espécie: Convênio Nº 813582/2014, Nº Processo: 0802003522201421, Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conveniente: MUNICIPIO DE BENTO GONCALVES CNPJ nº 87849923000109, Objeto: Ações de prevenção à violência contra a mulher, visando minimizar e prevenir a violência doméstica, através da mudança de comportamento e de cultura a partir da implantação do projeto consentindo a sociedade de um todo e com repercussão nas gerações futuras. Valor Total: R\$ 457.375,00; Valor de Contrapartida: R\$ 15.295,00; Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 439.080,00; Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800125, Valor: R\$ 209.080,00, PRTES: 063999, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404139; Num Empenho: 2014NE800123, Valor: R\$ 230.000,00, PRTES: 063999, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44404139, Vigência: 24/12/2014 a 24/12/2015, Data de Assinatura: 24/12/2014, Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: GUILHERME RECH PASIN CPF nº 818.526.490-20.

Espécie: Convênio Nº 813804/2014, Nº Processo: 08020036300201412, Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conveniente: ESTADO DE SERGIPE - ADMINISTRACAO DIRETA CNPJ nº 13128798002147, Objeto: Dar continuidade ao aparelhamento dos institutos que integram a Coordenadoria Geral de Perícias do estado, por meio da aquisição de equipamentos e materiais de consumo para melhoria de arcabouço probatório relativo a crimes violentos letais intencionais, Valor Total: R\$ 4.157.187,51; Valor de Contrapartida: R\$ 207.900,00; Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 3.949.287,51; Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800143, Valor: R\$ 2.270.059,30, PRTES: 063853, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304157; Num Empenho: 2014NE800142, Valor: R\$ 1.679.228,21, PRTES: 063853, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33304147, Vigência: 26/12/2014 a 26/12/2016, Data de Assinatura: 26/12/2014, Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: JOAO ELOY DE MENEZES CPF nº 293.058.535-87.

Espécie: Convênio Nº 813599/2014, Nº Processo: 08020035269201494, Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conveniente: MUNICIPIO DO RIO GRANDE CNPJ nº 88566872000162, Objeto: Implementação dos projetos Mulheres da Paz e Proteção no município do Rio Grande, Valor Total: R\$ 218.965,01; Valor de Contrapartida: R\$ 9.000,00; Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 209.965,01; Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800139, Valor: R\$ 182.496,54, PRTES: 063842, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404139; Num Empenho: 2014NE800138, Valor: R\$ 27.468,47, PRTES: 063842, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44404139, Vigência: 26/12/2014 a 26/12/2016, Data de Assinatura: 26/12/2014, Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: ALEXANDRE DUARTE LINDENMEYER CPF nº 472.824.280-34.

Espécie: Convênio Nº 813820/2014, Nº Processo: 08020036410201476, Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conveniente: MUNICIPIO DE SAO BERNARDO DO CAMPO CNPJ nº 4632239000147, Objeto: Implementação de ações de prevenção à violência contra adolescentes, jovens, idosos e mulheres no Município de São Bernardo do Campo, Valor Total: R\$ 207.425,00; Valor de Contrapartida: R\$ 8.297,00; Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 199.128,00; Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800192, Valor: R\$ 90.052,00, PRTES: 063999, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44404145; Num Empenho: 2014NE800191, Valor: R\$ 109.076,00, PRTES: 063999, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404145, Vigência: 24/12/2014 a 24/12/2015, Data de Assinatura: 24/12/2014, Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: LUIZ MARINHO CPF nº 008.848.518-85.

Espécie: Convênio Nº 812036/2014, Nº Processo: 08020031543201456, Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA SOCIAL CNPJ nº 12200226000115, Interventor: ALAGOAS GOVERNO DO ESTADO CNPJ nº 12200176000176, Objeto: Fortalecer a filosofia de Polícia Comunitária através da integração e estruturação do Núcleo de Policiamento Comunitário da Polícia Militar, com o objetivo de melhorar os serviços de policiamento comunitário e fomentar a integração com outras instituições de segurança pública, universidades e Secretarias Estaduais e Municipais do estado, com o objetivo de prevenir e reduzir a violência e a criminalidade no Estado de Alagoas. Valor Total: R\$ 368.848,78; Valor de Contrapartida: R\$ 11.409,35; Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2014 - R\$ 357.439,43; Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2014NE800049, Valor: R\$ 357.439,43, PRTES: 076845, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44304103, Vigência: 26/12/2014 a 26/12/2015, Data de Assinatura: 26/12/2014, Signatários: Concedente: REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI CPF nº 052.507.538-09, Conveniente: DIOGENES TENORIO DE ALBUQUERQUE CPF nº 031.451.234-91, Interventor: TEOTONIO BRANDAO VILELA FILHO CPF nº 098.547.201-44.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/externo/cdi/index.html>, pelo código 00032014122901372.